



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM ÊNFASE EM
SOCIOLOGIA E HISTÓRIA

ELIANA SILVA BAIA

**CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO ASSENTAMENTO DO RIO GUAJARÁ DE
BEJA AFETADO PELA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE USO PRIVADO- TUP
NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA**

Abaetetuba-PA 2021

ELIANA SILVA BAIA

**CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO ASSENTAMENTO DO RIO GUAJARÁ DE
BEJA AFETADO PELA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE USO PRIVADO- TUP
NO MUNICIPIO DE ABAETETUBA-PA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à faculdade, apresentado ao
Curso de Licenciatura em Educação do
Campo como parte da exigência para
aprovação em TCC.

Orientador: Prof. Dr. Eliana Teles

ABAETETUBA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B152c Baia, Eliana Silva.
Conflito socioambiental no assentamento do rio Guajará de
Beja afetado pela construção do terminal de uso privado - TUP no
município de Abaetetuba-PA / Eliana Silva Baia. — 2021.
50 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Eliana Teles Rodrigues
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Educação do Campo, Abaetetuba, 2021.

1. Conflito socioambiental. 2. TUP. 3. Assentamento. 4.
Território. I. Título.

CDD 300

ELIANA SILVA BAIA

**CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO ASSENTAMENTO DO RIO GUAJARÁ DE
BEJA AFETADO PELA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE USO PRIVADO- TUP
NO MUNICIPIO DE ABAETETUBA-PA**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado e aprovado, para a obtenção do título de (Educação do Campo) em (Educação do Campo com Ênfase em História e Sociologia) pelo corpo docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Baixo Tocantins.

Abaetetuba, ____ de _____ de 2021

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eliana Teles Rodrigues
Orientadora
Universidade Federal do Pará - UFPA - Campus de Abaetetuba

Profa.
Dra. Luíza de Lima Mastop
Universidade Federal do Pará - UFPA - Campus de Abaetetuba

Prof. Dr. Elielson Pereira da Silva
Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPA

Dedico a Deus este trabalho, que sempre esteve
com migo e não deixou eu falhar e nem desistir, me
deu forças quando eu não havia mais, me controlou
quando o desespero me consumia e sempre esteve
ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me proporcionado esse momento de está escrevendo esses agradecimentos, pois sempre me deu sabedoria e calma para eu enfrentar os maiores desafios da minha vida, por me sustentar para que eu não desistisse dessa longa caminhada. A toda minha família que me deu forças e me apoio nos momentos bons e principalmente nos momentos difíceis.

Minha mãe (Elza Baia) sempre foi uma guerreira, que sempre sonhou em ver um filho ela se formar na Universidade Federal, e por honra e gloria do senhor vamos tornar esse sonho realidade.

Ao meu pai (Pedro Rodrigues) que sempre me apoio do jeito dele, calado sem falar muitas coisas, nas ali pronto para me ajudar em que eu precisasse.

Aos meus Irmãos (Edina, Paulo, Luziane, Pedro Agenor, Ana Paula e Eliza), que me ajudaram com as minhas dificuldades e principalmente cuidaram da minha filha em toda minha ausência e todos as dificuldades que passei sempre pude contar com eles.

A minha filha (Pamela Gabrielly) que me entendia todos os dias que eu precisei deixar ela e todas as vezes que mesmo eu estando em casa não podia fazer o que ela queria porque tinha trabalho para ser feitos sei que magoou ela, mas ela me entendia depois.

Ao meu amado esposo (Patrik) que sempre fez de tudo para eu estudar, nunca se opus a minha escolha, viveu meu cansaço minha ausência na nossa casa, mas sempre esteve do meu lado. A minha turma da LEDOC 20016, que entre altos e baixos foram anos de aprendizado, mas terminamos o curso colegas e vivos. Da minha turma em especial três pessoas (Elda Belo) foi minha amiga de todos os momentos. Meu amigo (Gedeão Aires) que estava com migo em todos os momentos em especial ao do TCC e sempre um buscando forças nos outros. Meu amigo (Alexandre Correa) que foi uma amizade que surgiu a primeira vista e espero levar para toda a vida.

Para a minha orientadora (Eliana Teles) a todo respeito e paciência que ela teve com migo em toda as minhas limitações, meus sentimentos que vai muito além de um agradecimento, meus sentimentos por ela e de gratidão, pois tudo que ela fez por mim não tem preço, meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho aborda o conflito socioambiental envolvendo ribeirinhos do Projeto de Assentamento Agroextrativista rio Guajará de Beja, afetados pela construção de um Terminal de Uso Privado (TUP). Assim tem como objetivo analisar o conflito socioambiental e as alterações que a chegada do empreendimento provocou na comunidade rio Guajará de Beja. A pesquisa de natureza qualitativa, combinou o método etnográfico com revisão da literatura sobre a temática. Os instrumentos de coletas de dados foram observação e entrevistas semiestruturadas, realizadas junto aos moradores, entre os quais estão pescadores, lideranças comunitárias e estudantes do Ensino Médio da Escola Raimundo Sarges da Rocha, no período em que as aulas ainda estavam sendo realizadas presencialmente, antes da pandemia da Covid-19 e ainda representantes da empresa. Os resultados apontam a natureza e o delineamento do conflito, por meio do qual se destacam os interesses da empresa, a atuação da ONG FASE e a desagregação comunitária que coloca os moradores no centro da disputa. De um lado, uma parcela de moradores seduzidos pelo discurso de progresso e desenvolvimento social, evocados pelos representantes do empreendimento, defendem a instalação do TUP; de outro, estão os moradores contrários ao empreendimento, principalmente os pescadores artesanais, pois temem a perda de seu território, lugar da vida e onde desenvolvem seus trabalhos, o que os leva à mobilização em defesa de seus direitos territoriais. Os dados ainda revelam que a comunidade já enfrenta problemas relacionados aos danos ambientais provenientes do complexo industrial e portuário de Barcarena, assim como do TUP, que se encontra em fase de implantação. O trabalho ainda aponta a necessidade de percepção dos ribeirinhos e demais comunitários envolvidos, para uma maior reação aos efeitos decorrentes desse tipo de empreendimento.

Palavras-chaves: Conflito socioambiental, TUP, Assentamento, Território.

LISTA DE SIGLAS

PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agraria
SPU	Secretaria do Patrimônio e União
TUP	Terminal de Uso Privado
TLA	Terminal de Liquido da Amazônia LTDA
ONG	Organização não Governamental
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
COVID 19	Corona vírus
MORIVA	Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA E AS FERRAMENTAS METODOLÓGICAS	9
2.1 A Imersão no Campo	9
2.2 A etnografia do conflito	10
3. REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1 Conceitos de Territorialidade e conflito socioambiental	13
3.2 Reforma Agrária e o Projeto de Assentamento Extrativista	15
3.3 Projeto de Assentamento Extrativista criado pelo INCRA no município de Abaetetuba-Pará	17
4. A EMPRESA E A COMUNIDADE	18
4.1 A sondagem da empresa na comunidade Guajará de Beja	18
4.2 A abertura do ramal	20

4.3 O Projeto de Assentamento Extrativista-PAE Ilha Guajará de Beja	25
4.4 A chegada da Ong FASE na comunidade	29
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
5.1 A percepção dos moradores sobre o empreendimento	30
5.2 Conflito socioambiental e a desarticulação comunitária	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE- FORMULA DE COLETA DE DADOS.....	45

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do conflito socioambiental e agrário envolvendo uma comunidade ribeirinha e um empreendimento portuário denominado Terminal de Uso Privado (TUP), a ser construída na área de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha Guajará de Beja, à margem da baía do Capim na zona rural do município de Abaetetuba, Estado do Pará. Trata-se da comunidade rural rio Guajará de Beja, que tem sido afetada pelas mudanças provocadas pelo empreendimento. As moradias da comunidade se estendem desde à PA 409 até a praia do Guajará de Beja, localizada em frente à Baía do Capim, fazendo fronteira com os rios Tauará e Arapiranga. É cortada também pelos ramais do Maranhão, que desce até à margem esquerda do rio Guajará de Beja, do Guajará e o da Escola (que corresponde à escola municipal Raimundo Sarges da Rocha).

Ao se analisar a chegada do empreendimento portuário no território da comunidade ribeirinha que também é uma área de assentamento, o presente trabalho aponta os principais conflitos, social, ambiental e comunitário que aí se desenrolam. De um lado, a empresa impõe o porto como forma de desenvolvimento e progresso. De outro, os comunitários, que se identificam como ribeirinhos e pescadores, cujas terras foram delimitadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como Projeto de Assentamento Ilha Guajará de Beja, cuja delimitação, vai do furo de Beja (na margem direita do médio curso do rio) até a praia Jurutuba que fica em frente à baía do Capim.

Portanto, trata-se de conflitos socioambientais envolvendo a categoria denominada povos tradicionais e o empreendimento portuário. Segundo Martins (2009, p. 20), “as principais direções das grandes obras e projetos serão entendidas com integrantes das dinâmicas da expansão territorial e seus confrontos sociais e étnicos”, assim também ocorre com a comunidade rio Guajará de Beja que é afetada pela implantação de grandes projetos, visto que está localizada às proximidades do complexo portuário da Vila do Conde, que em comparação com outros, ao longo dos anos vem se instalando na Amazônia.

Segundo Loures (2016, p. 05) [...] o chamado desenvolvimento é sinônimo de progresso ou crescimento econômico, encontra-se amparado no aparato técnico-científico, na exploração de recursos naturais e na implantação de grandes obras na região [...]”.

Decorrente ao Almeida (2013) “A Amazônia em visão de seus planejadores com conceitos de desenvolvimento e progresso”, são planejados pelos poderes públicos e privados,

um desenvolvimento no qual não cabe o tradicional e serve somente o moderno, para ampliar e girar o capital.

A comunidade do rio Guajará de Beja já conhece a realidade desse progresso e todas as mudanças socioambientais que ocorrem, pois o complexo portuário da Vila do Conde fica localizado próximo a essa comunidade. Conforme Silva (2012) “[...] os inúmeros desastres socioambientais, favorece o desequilíbrio das comunidades ribeirinhas e dos recursos naturais, e principalmente da relação de subsistência com os rio e igarapés [...]”.

Assim, este trabalho problematiza as principais manifestações que esses empreendimentos têm provocado no cotidiano e vida de ribeirinhos e pescadores. E na situação analisada tem provocado conflitos socioambientais e territoriais, estremecendo as relações comunitárias no assentamento ilha Guajará de Beja. Dessa maneira, o objetivo geral é analisar o conflito socioambiental e as alterações que o empreendimento Terminal de Uso Privado (TUP) provocou na comunidade rio Guajará de Beja. Os objetivos específicos visam: organizar documentos e relatos que expliquem como se deu a aquisição do terreno para a construção do TUP; apontar a percepção dos moradores sobre a chegada do empreendimento; explicar, com base na coleta de dados, como a situação alterou as relações comunitárias e o cotidiano das pessoas.

2. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA E AS FERRAMENTAS METODOLÓGICAS 2.1

A Imersão no Campo

Este estudo iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica, para levantar aportes teóricos sobre o tema, e foi complementada com a pesquisa empírica. A pesquisa de campo procedeu-se de janeiro a dezembro de 2020 na área do PAE Ilha Guajará de Beja. Procurou-se analisar as organizações sociais, e empresariais, identificando documentos e dados oficiais.

Como instrumento de coletas de dados utilizou-se de observação participante de cunho etnográfico e entrevista semiestruturada realizada com dez membros das famílias da comunidade, estes eram chefes de família, e com vinte jovens estudantes do primeiro e terceiro ano do ensino médio, na Escola Raimundo Sarges da Rocha, no período em que as aulas ainda estavam sendo realizadas presencialmente, antes da pandemia da Covid 19.

De acordo com Minayo (2004) a entrevista semiestruturada é aquela que é conduzida a partir de perguntas abertas e numa ordem específica, de forma que contribua para emergir a visão, os juízos, e as relevâncias a respeito dos fatos e das relações que compõem os objetos.

Portanto, as entrevistas realizadas ajudaram a revelar os sentimentos assim como demonstrou à opinião desses interlocutores sobre a chegada do empreendimento na comunidade.

2.2 A etnografia do conflito

Ao escolher utilizar por uma pesquisa participante, alguns elementos esboçados para estudarmos está direção, agregamos a um olhar de Brandão (2006) “a atuação não deve se reprimir ao envolver para conhecer, mas deve se englobar o conhecer para agir”. Assim Brandão contribui em suas observações sobre a não neutralidade do conhecimento, já que todo pesquisador estar de alguma maneira inserido.

Segundo Almeida (2003, p. 19) “a etnografia é objetiva, isso não significa que há de um lado um etnógrafo neutro e distante, e de outro um conjunto de coisas indiferentes ao observador, ou seja, não é traduzir os mundos múltiplos mais também de transforma-los”.

Para Malinowski (1978, p. 72), o etnógrafo deve procurar descobrir as leis e regras de todas as transações de sua pesquisa em campo. Já Angrossino (2009) afirma ser importante fazer a contextualização do trabalho etnógrafo em campo. Ele também diz que na etnografia:

[...] observa-se a vida como ela é vivida em seu cenário natural e os resultados da observação são constantemente checadas e comparadas com a informação oriundas das entrevistas, pesquisadas em arquivo, etc. esse processo de triangulação, que como vimos é intrínseco a etnografia em geral, dá uma boa margem de segurança contra os vieses que podem advir da observação pura [...] (ANGROSSINO, 2009, p. 83).

O Projeto de Assentamento Agroextrativista-PAE Ilha Guajará de Beja é um assentamento que foi descentralizado ou melhor, desconfigurado, para abertura de um ramal que dará acesso ao TUP, na praia da Jurutuba, o qual está em fase de construção pela TLA. As questões ambientais e o conflito provocado por essa situação, estão presentes ao longo dessa abertura.

O Terminal de Uso Privado (TUP) é um empreendimento para a exploração das atividades portuárias de uso privados, no entanto quem vai fazer essa exploração é a empresa Terminal de Liquido da Amazônia LTDA (TLA) sua matriz está localizado no Estado de Manaus/AM, fundada em 24/02/2017 com seu CNPJ 27.187.857/0001-19. E sua principal atividade: armazéns gerais e emissão de warrant, já as atividades secundárias são: navegação de apoio marítimo, navegação de apoio portuário, transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessias, atividades de agenciamentos

marítimos, formulação de combustíveis, operador de transporte multimodal-otm, administração da infraestrutura portuária, carga e descarga, atividades de operador portuário.

Neste contexto, ao perceber que tramitava um processo de instalação do referido porto busquei contribuir com minha comunidade, realizando este estudo sobre os conflitos socioambientais que estão ocorrendo dentro da comunidade, e principalmente pela luta e resistência pelo território da população tradicional ribeirinha.

E assim, em janeiro do ano de 2020 iniciei a pesquisa de campo, visitando as casas dos moradores do assentamento, realizando entrevistas, um total de dez famílias, pescadores e agricultores, estabeleci certa convivência com estes moradores, às conversas foram longas e minuciosas, em algumas situações elas ocorreram novamente em um segundo momento.

É importante destacar que desde o ano de 2018 a Ong FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) entrou em contato com as lideranças da comunidade, que são: presidente da associação dos moradores, presidente do assentamento ilha Guajará de Beja, (denominado pelos moradores de PAE São Francisco Xavier), secretário da colônia dos pescadores Z-14, líderes da igreja Assembleia de Deus, presidente da comunidade, para junto estarem elaborando um protocolo de consulta com base na lei de convenção 169, tendo como objetivo resistir e proteger o território do avanço do empreendimento.

Em janeiro de 2020, aconteceu à primeira reunião entre os representantes da FASE e a comunidade do rio Guajará de Beja, no barracão ‘tio chico’ que fica localizado na beira da praia, porém a presença da comunidade não foi significativa ao que a Ong esperava. Na reunião discutiram-se várias pautas, sendo sobre os impactos que a construção do TUP traria a comunidade, as fases para conseguir fazer o protocolo de consulta, e ainda apresentaram o passo a passo para a elaboração do protocolo de consulta.

No mês de fevereiro continuei realizando as visitas e conversas com os moradores. Logo, foi perceptível a circulação constante de pessoas na comunidade que representavam a empresa, bem como alguns moradores da localidade que apoiam e trabalham no empreendimento. Assim, o representante e facilitador da TLA, estava diariamente no rio, algumas vezes sozinho, outras vezes acompanhado por outras pessoas, utilizavam um carro da marca jipe, deixando-o estacionado no ramal Guajará e se locomoviam no rio em uma lancha de um morador da comunidade que já vem trabalhando para a empresa há alguns anos. Neste mesmo mês, a FASE realizou mais uma reunião no barracão do “tio chico”, para marcar a data e o mês da primeira fase da construção do protocolo de consulta, que foi marcada para a primeira semana

do mês de março, com duração de três dias, e a alimentação custeada pela FASE. A reunião novamente não foi significativa, pois grande parte da comunidade não compareceu, estimasse a presença de um pouco mais de trinta pessoas.

Em março, realizei um estágio do curso de graduação da Educação do Campo, na Escola Raimundo Sarges da Rocha, tal escola é anexa com o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) com os níveis de ensino fundamental e médio, nas disciplinas de Sociologia no ensino médio (primeiro e terceiro ano), pelo horário da manhã, e História no ensino fundamental menor (sexto ano), pela manhã. Durante o intervalo ou ao final das aulas, entrevistei 20 jovens, 10 do primeiro ano e 10 do segundo, todos os jovens que residem no assentamento.

Enquanto isso, as reuniões continuaram acontecendo com os líderes da comunidade e muitas delas eram fechadas, para tentar de alguma maneira encontrar uma estratégia de resistência que pudesse impedir que a empresa se instalasse na comunidade. Mas com o início da pandemia (COVID19) todas as atividades da FASE em defesa do território do rio Guajará de Beja foram suspensas, e a consulta do protocolo ficou paralisada, o que deu margem para a empresa adentrar o território.

Em abril, mesmo com a pandemia já em todo o Brasil, com isolamento social como medida de prevenção, a empresa e seus representantes não paralisaram seus trabalhos, nesse momento no ano de 2019, já haviam comprado os terrenos que iriam servir para a abertura do ramal de acesso ao TUP. Assim, os documentos que foram registrados em cartório serviram de base para que a empresa concretizasse um abaixo assinado pedindo a abertura de um novo ramal na comunidade.

Devido esta situação, em maio, as associações e seus movimentos ficaram fracos, por dois principais motivos, pois não havia o apoio e a união da comunidade com as lideranças contra as empresas, e também as lideranças da ong desacreditaram na comunidade, pois a líder da associação dos moradores favoreceu a abertura do ramal de acesso ao TUP, ao vender suas terras para a empresa, sem considerar que o seu terreno adentra o PAE, Ilha Guajará de Beja.

Em junho, as lideranças da comunidade foram informadas que as obras iriam começar e que um termo de compromisso precisava ser encaminhado para que a empresa então se responsabilizasse em atender aos pedidos da comunidade. Com isso, este termo foi elaborado pelas lideranças da localidade. Assim, um dos acordos feitos neste documento se refere à construção de uma escola na comunidade.

As obras iniciaram em julho de 2020, por conseguinte, começou a abertura da construção de um ramal para o acesso ao porto da TLA, iniciando próximo ao ramal M.Rocha (sem sinalização), mas está localizado na PA 409, na comunidade do Guajarazinho, conhecido popularmente como o fim do rio, adentrando o Guajará, e o PAE Ilha Guajará de Beja, e seu termino na praia da Jurutuba.

Enquanto isso, as lideranças da comunidade já enfraquecidas foram convidadas para uma reunião com o representante da empresa, na casa da líder do assentamento, colocando como proposta a realização do trabalho em conjunto, nas tomadas de decisões, por conta disso, o objetivo era definir responsáveis pela alimentação, e recebimentos de currículos e sua entrega para a empresa. Buscaram ainda juntamente as lideranças uma casa para alugar, no período de 45 dias, para abrigar os trabalhadores, vindo de Manaus, realizarem a sondagem, o estudo dos igarapés.

Enquanto a obra da abertura do ramal se concretizava, os conflitos na comunidade se intensificavam. A presidente da associação dos moradores já não comparecia às reuniões, entre outros problemas. No final do ano de 2020, a abertura do ramal continuava, e os conflitos na comunidade se fortificavam, havendo o rompimento entre a líder da associação dos moradores e demais lideranças da comunidade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Territorialidade e conflito socioambiental

De acordo com os modos de vida de populações tradicionais à frente dos Grandes projetos Martins (1991, p.16) afirma que as populações indígenas, camponesas, locais, tem como base vital de sobrevivência seus territórios, como identidades de pertencimento. Mais para as empresas, essas pessoas não existem nesses territórios, pois elas adentram em suas terras sem considerar os conflitos que vão causar com suas implantações.

Segundo Little (2004) a constatação que precisa ser feita diz respeito à sociogênese do Conceito de povos tradicionais e seus subsequentes usos políticos e sociais, o conceito surgiu para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação, para esse grupo a questão de pertencimento vai além do uso comum da terra, mas sim uma questão de identidade.

Conforme Almeida (2012, p.63), conceitua-se o território, com as explicações sociológicas sobre as transformações sociais na primeira década do século XXI, tem sido

marcada por novos critérios de classificação, que aparentam empreender uma volta ao passado, refletindo uma conhecida combinação entre fatores ambientais e econômicos.

Ao avaliar as argumentações sobre território Almeida (2012, p. 66) afirma que os critérios mesmo reconhecendo os acirrados debates e as dubiedades em torno das decisões que objetivam estabelecer novas fronteiras, pode-se afirmar que, ao propiciar condições de expansão da produção de *commodities*, estariam forçando a flexibilização dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, redefinindo os direitos dos trabalhadores migrantes e estigmatizando identidades étnicas.

Para a antropologia o território tem uma definição específica. Nas palavras de Little (2004 p.253) destaca-se a renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”.

Ainda de acordo com Little (2006, p. 88) as ideologias que utilizam para justificar seu modo de adaptação e as reivindicações territoriais que defendem – e da interação dinâmica e conflituosa provocada pelo choque entre esses modos de adaptação. O foco nos grupos sociais invariavelmente levanta o tema das práticas ambientais em conflito de tal forma que a análise dos chamados “conflitos socioambientais” se tornou um elemento central da ecologia política. A análise desses conflitos não fica restrita ao comportamento dos estoques dos recursos naturais.

Para Simmel (1983) o conflito é a substância existente nas mais diversas relações entre os indivíduos na sociedade. Pois sempre que ocorrer um conflito os principais motivos são os objetivos que diverge entre os grupos e as suas ações que deixam de ser em comum. As relações deixam de ser comum quando a interesses que domina uma parte de um grupo dentro da comunidade divergindo com os demais comunitários.

Logo é importante compreender que as comunidades ribeirinhas da Amazônia apropriam-se do território marinho como forma de sobrevivência. De acordo com Little (2004 p.263) as comunidades ribeirinhas da Amazônia e os pescadores artesanais do litoral têm apropriação articuladas de seus territórios em função de seus usos, significados e conhecimentos das águas. No caso desses últimos, o usufruto coletivo de áreas determinadas estendia-se para além da terra para incluir “territórios marinhos”.

No contexto de conflito social segundo Junior (2005, p.7) é preciso superar a noção impregnada no senso comum, quanto à compreensão do próprio conceito de conflito social no cotidiano das sociedades, conceituando o conflito social está associado e correlacionado não somente aos aspectos negativos da vida social e sim uma inter-relação nas vidas sociais produzidas nas sociedades.

O conflito guarda o poder de escolher o espaço social, em sua característica de confronto é um ato de reconhecimento e, ao mesmo tempo, produtor de um metamorfismo entre as interações e as relações sociais.

Segundo Simmel (1983, p. 123) essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação à antitética e a convergente são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos, e a busca do homem querendo dominar a natureza e quem está inserido na mesma.

3.2 Reforma Agrária e o Projeto de Assentamento Agroextrativista

A reforma agrária segundo Louzada (2011) “pode ser entendida como a reorganização da estrutura fundiária, com objetivo de promover a melhor distribuição da terra, dando oportunidades as populações rurais carentes, transferindo terras improdutivas dos grandes proprietários,” democratizando o uso da terra na tentativa de cumprir as funções sociais, para poder proporcionar oportunidades de trabalhos, em um uso comum da terra, eram as proposta da reforma agraria.

A reforma agrária serviu de base para a criação dos PAE (Programa de Assentamento Agroextrativista), os dois têm os mesmos objetivos, descentralizar grandes quantidades de terras, e distribuir para sem terras, no caso do PAE e para dar a posse para os ribeirinhos que estavam sem suas terras legalizadas e sem documentações.

O PAE é uma Política de Regularização Fundiária das ilhas e várzeas, para atender as demandas da reforma agraria, após décadas de existência o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atendeu a demanda de milhares de família ribeirinhas que ocupavam ares de territórios considerado de marinha, que pertencia para a União. “Além do que foi necessário também reconhecer a necessidade de contemplar na política nacional de reforma agraria a pertinência de formas diferenciadas de ocupar o solo e de se relacionar com a natureza, em 1996 foi definida uma nova modalidade de Assentamento, o projeto de assentamento agroextrativista-PAE”. (INCRA, 1996).

“[...] O PAE é uma modalidade de assentamento destinadas as populações tradicionais para a exploração de riquezas extrativista, atividade econômicas e ecologicamente sustentáveis, tais área de domínio público serão administradas pela população assentada, a concessão real de uso[...]”. (INCRA, 1996)

Nessa perspectiva pretende-se apresentar o desenho institucional da política regularização da SPU

E a reforma agrária do INCRA-SR01 adotada nas ilhas e várzeas do Pará e averiguar as irregularidades que comprometem a proposta de democratização de uso de terra, como também o amplo acesso aos recursos naturais. Bem como, sustenta as ideia de que as articulações da política de regularização fundiária da terra das ilhas do Pará tiveram objetivos próprios de atingir metas propostas pelo II PNRA do governo Lula massificando os seus resultados sem a preocupação com sua sustentabilidade, (LOUZADA, p, 157, 2011).

Souza e Costa (2016) afirmam que “as famílias que residem em uma determinada ilha, que passa a ser assentamento agroextrativista, são cadastradas pelo INCRA, passando a ter um número de identificação na relação de benefícios, segundo,”. De acordo com as normas para se legalizar como um PAE é necessário ser uma ilha, não podendo ser cortada por ramais.

Ainda existe uma confusão a respeito do que é reforma agrária e regularização fundiária, segundo Maia (2012) “o processo de regularização fundiária não é o mesmo que reforma agrária, visto que não altera a estrutura fundiária”. Ou seja, a regularização fundiária são processos de medidas jurídicos urbanísticos, ambientais e sociais. Integrando assentamentos irregulares, de irregularidade fundiária. Já a reforma agrária são medidas para garantir a distribuição de terras justas, que possa ser distribuída igualitariamente para os trabalhadores rurais.

Segundo os autores, Souza e Costa (2016) “a regularização fundiária na Amazônia legal por meio de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) concedida pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A autorização do TAUS serve para os seus ocupantes possa ter direito de explorar o território. “[...] O governo Lula ampliou o público beneficiário da política da reforma agrária as comunidades tradicionais ribeirinhas”. De 2004 e 2010 foram criados 253 assentamentos em ilhas no Pará” (LOUZADA, p, 154, 2011).

3.3 Projeto de Assentamento Extrativista criado pelo INCRA no município de Abaetetuba-Pará

O quadro demonstra o número total de Assentamentos Agroextrativista no Município de Abaetetuba, demarca o período de implantação de projetos no período de 2004 a 2014. Destaca-se que no ano de 2005 foi o ano em que mais foram implantados esses assentamentos.

Quadro I- Assentamentos no Município de Abaetetuba.

Nome do Projeto	Área (ha)	Data da criação
PAE Santo Antônio II	1.253,3680	22/11/2005
PAE Santo Afonso	2.705,6259	22/11/2005
PAE ilha Caripetuba	3.806,0000	22/11/2005
PAE São Francisco de Assis	495,1613	22/11/2005
PAE São Raimundo	2.644,6234	22/11/2005
PAE Nossa Senhora do Livramento	223,0028	11/03/2004
PAE São Joao Batista	471,9661	11/03/2004
PAE Santo Antônio	1.394,9656	22/11/2005
PAE Nossa Senhora de Nazaré	1.061,7189	22/11/2005
PAE Santa Maria	695,0000	22/11/2005
PAE Nossa Senhora das Graças	1.954,6158	22/11/2005
PAE Nossa Senhora da Paz	2.210,6966	22/11/2005
PAE São Joao Batista II	3.250,0139	22/11/2005
PAE Ilha Paruru	3.886,0000	22/11/2005
PAE Ilha Uruá I	816,1241	22/11/2005
PAE Ilha Bacuri	2.150,9950	22/11/2005
PAE Ilha Piquiarana Mirim	580,7501	22/11/2005
PAE Ilha Furo Grande	1.367,7325	22/11/2005
PAE Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	1.954,6158	22/11/2005
PAE Nossa Senhora das Graças	1.954,6158	22/11/2005
PAE Santo Antônio	1.134,9656	22/11/2005
PAE Ilha Piquiarana	816,1241	22/11/2005
PAE Tauéra	171,2684	23/10/2014
PAE Ilha Abaete	345,0390	23/10/2014

PAE Ilha Pirocaba	387,8239	23/10/2014
PAE Ilha Guajará de Beja	655,3803	23/10/2014

Fonte: projeto do assentamento conforme fase de implantação. Disponível em <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>, consultado em 2020

O quadro demonstra que foi um total de vinte e seis comunidades que estão legalizadas como assentadas, e com isso podem participar ativamente das políticas públicas, e ainda resistir e lutar por seus territórios.

4. A EMPRESA E A COMUNIDADE

4.1 A sondagem da empresa na comunidade Guajará de Beja

A partir do ano de 2016 começaram surgir conversas paralelas que iria se instalar uma empresa na beira da praia da Jurutuba, no entanto a comunidade não tinha conhecimento da proporção de tal projeto. No segundo semestre do mesmo ano passou a ocorrer à circulação de pessoas diferentes na comunidade, com fardas não identificadas, utilizando o transporte do Sr. A. B.

Essas pessoas que adentravam no ramal em um carro da marca jipe, se locomoviam no rio de rabeta, observando o lugar. Muitas vezes entravam nos dois furos do rio e saíam em direção à praia, sem dar explicações aos moradores que procuravam saber o objetivo das visitas, somente afirmavam que estavam realizando estudos.

Essas pessoas ao chegarem até o rio Guajará de Beja entraram em contato com as lideranças da comunidade, e se reuniram várias vezes na casa líder do assentamento, apresentando-lhe a empresa e os seus principais objetivos, neste cenário a imagem da TLA estava muito atrelada à empresa da Cargill. E com isso houve inúmeras tentativas de negociação junto às lideranças em reuniões fechadas, durante alguns anos.

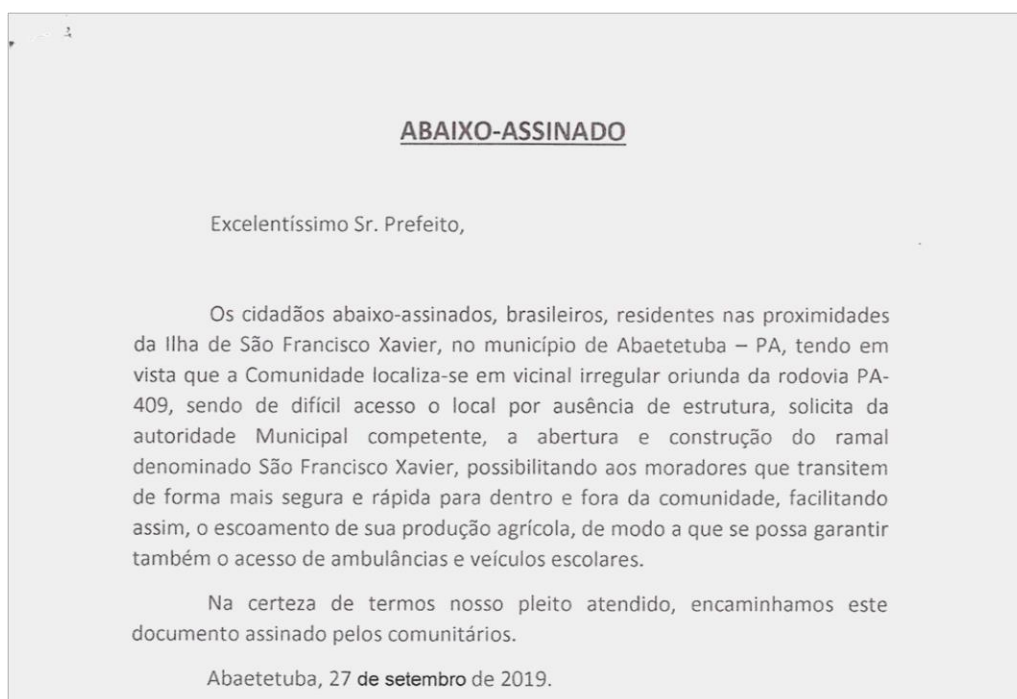
No segundo semestre do ano de 2019 depois de muitas tramitações e negociações foram feitas as compra das terras, de forma estratégica, pois os terrenos que foram comprados ficam distante das margens do rio, longe da comunidade, e possuía apenas uma plantação de açaí.

Os documentos com as assinaturas das compras das terras foram registrado em cartório, e foi utilizado como justificativa para que a empresa elaborasse um abaixo-assinado para fazer o pedido da abertura de um ramal para a comunidade, alegando que seria para facilitar o escoamento da produção e assim, a comunidade pudesse ter acesso a veículos de ambulâncias e outros meios de transportes.

No documento não é citado à comunidade do rio Guajará de Beja, sendo está chamada por São Francisco Xavier. É importante esclarecer que esse nome foi atribuído no processo de abertura do assentamento PAE, mas devido às exigências legais não foi aceito. Atualmente a comunidade trata o assentamento por este nome, porém ele não pode ser considerado ou citado em documentos legais.

Este abaixo-assinado foi forjado, pois ele alega que se trata de um pedido da comunidade. Posteriormente foi sinalizado com uma placa o início da abertura do ramal, denominada como obra de urbanização, logo o objetivo por parte da empresa era não ter problemas futuros.

Figura 1. Abaixo assinado apresentado pelo representante da empresa TLA, para justificar a compra do terreno.



Fonte: Associação comunitária do Assentamento Rio Guajará de Beja, 2020.

Na figura abaixo se destaca a placa que sinaliza o início e termino da obra, e as comunidades atendidas, Guajará de Beja, Arapiranga e São Francisco Xavier, fazendo inferências ao PAE, conhecido como São Francisco Xavier na comunidade.

Figura 2: placa de sinalização.



Fonte: Eliana Baia, agosto de 2020.

4.2 A abertura do ramal

A licença previa de instalação foi protocolada em 2017 pela SEMAS, enquanto a licença ambiental e de operação ainda encontra-se em tramitação legal, pois está deve ser protocolada na ANTAQ (Agência Nacional de Aquaviários). No entanto é perceptível que a empresa aproveitou-se da pandemia da COVID-19 para iniciar as obras, sem realizar nenhuma consulta com a comunidade e aviso prévio.

A partir de julho de 2020 a empresa deu início a abertura do ramal para o porto da TLA. Com o acesso na PA 409, próximo ao ramal M. Rocha, cortando todo o território do rio Guajará de Beja, e adentrando a floresta até a praia da Jurutuba. O que se destaca neste processo de abertura do ramal é que a parte que corresponde ao seu início, da PA 409 até o furo de Beja não são considerados PAE, somente do lado oposto ao referido furo começa o PAE Ilha Guajará de Beja, é justamente neste território de assentamento que não houve nenhum impedimento para que as máquinas adentrassem e continuassem a abrir o acesso até a praia da Jurutuba, onde será instalado o TUP.

Figura 3: Abertura do ramal de acesso ao TUP ao porto da praia da Jurutuba



Fonte: Eliana Baia, agosto de 2020.

Para a realização da abertura do ramal utilizaram muitas máquinas, logo a mão de obra humana contratada para este trabalho foi destinada ao controle da direção das máquinas pesadas, e outros trabalhadores para realizar as balizas, fazendo com que as máquinas pudessem seguir caminhos retos.

No início desta obra o tipo de solo era de terra firme, e assim as máquinas trabalharam aproximadamente 15 dias, logo começaram a adentra o solo da várzea. Com o encontro da várzea vêm os igarapés e seus ‘braços’, e assim esse tipo de solo fez com que o ritmo de trabalho se tornasse um pouco mais lento, devido à quantidade de lama e água. Esse processo agrediu fortemente as espécies que ali viviam, causando alagamento de um lado e seca do outro, pois os igarapés com suas nascentes totalmente aterradas estavam impendidos de seu curso natural da água.

Neste contexto em que a comunidade vive, muitas pessoas tem realizado pesquisa, para buscar entender como esse empreendimento conseguiu se instalar dentro de um PAE. Logo uma das pessoas mais procurada para esclarecer este fato é a atual presidente do assentamento, pois é de conhecimento que o assentamento possui 500 hectares de terras, onde uma parte foi vendida para a empresa. Segundo a líder do assentamento o Ministério Público tem conhecimento de tal irregularidade, e não tem se manifestado, bem como o INCRA que também foi informado e não tem auxiliado a comunidade.

Após a compra das terras representantes da empresa reuniram-se para fazer a entrega do dinheiro aos vendedores, deixando claro que a premissa do contrato de compra e venda não autoriza que os moradores façam roças, criem gados, plantações e queimadas ao longo de todo o ramal, e só podem construir casas a vinte metros da beira da estrada.

Algumas famílias que venderam as suas terras estão dentro do assentamento do PAE, e apesar do título de terra ser coletivo, eles utilizaram o subterfúgio do documento do SPU, sendo esse individual de cada morador para concretizar a venda.

Uma das justificativas que a empresa utilizou para convencer alguns moradores a vender os terrenos refere-se ao discurso de que as terras são improdutivas, havendo ali apenas uma plantação de açaí, logo isso não afetaria a vida dos que ali residem, ao longo de toda a abertura do ramal.

Quando a abertura do ramal aproximou-se do furo do rio que possibilita o acesso dos moradores a Beja, foi necessário construir uma ponte, que de forma improvisada foi feita de madeira, e todo o seu material foi extraído da natureza local, sem nenhuma preocupação com o meio ambiente.

Figura 4: imagem da construção da ponte de madeira, sobre o furo que dá acesso a Vila de Beja.



Fonte: Eliana Baia, agosto de 2020.

É importante ressaltar que os trabalhadores que estavam à frente da construção da ponte não eram da comunidade. No início dos trabalhos não houve um cuidado com a estrutura e altura da ponte em detrimento ao furo, onde possui um canal que possibilita a passagem de rabetas com a água mais baixa, ou seja, para passar com uma rabeta grande a maré tem que estar meia maré de enchente ou até meia maré de vazante, rabetas menores tem um pouco mais de facilidade para passar. Por conta dessa situação as pessoas que passavam pelo local no decorrer da construção, ficavam irritadas com os trabalhadores que estavam na construção. Ainda próximo à ponte foi feito um acostamento, com uma abertura aproximadamente de uns 100 metros de largura.

Com a conclusão da ponte as máquinas atravessaram, adentrando o assentamento PAE Ilha Guajará de Beja, ao entrarem no PAE, encontraram um tipo de solo que caracterizava pela mistura de várzea e areal. Logo com o desmatamento localizaram um grande areal, o acesso passou ao meio, e a maioria da areia utilizada para aterrar o restante do ramal foi retirada desta região, desmatando ainda mais a natureza.

Esse areial onde o acesso passou ao meio era conhecido pelos moradores, como '*ica*', lugar onde os moradores do PAE caçavam animais silvestres, como os camaleões, no período do verão, pois naquele local as camaleões colocavam seus ovos, pra a reprodução. Segundo um morador;

A *ica* é o lugar que a nossa família caçava, matávamos todo tipo de caça ali, organizávamos varridas para esperar os bichos, e no mês de setembro as camaleões iam fazer suas desovas, e nos pegávamos ela para nos comer. (Morador R. M. entrevistada em setembro de 2020).

Depois desse areal chegaram a outro furo que dá acesso para a vila de Beja, neste segundo furo fecharam os dois lados, deixando um pequeno espaço para a circulação das águas e das espécies, ainda construíram uma estrutura de cimento com ferros ao fundo. É importante enfatizar que esse furo é muito utilizado, por ser extenso e com poucos moradores, os pescadores costumavam colocar seus matapis para a pesca do camarão, gapuiavam nos igarapés, tarrafeavam com a maré seca e tiravam turu.

Esses furos são importantes para a comunidade principalmente para os pescadores, pois quando se deslocam para pescar na baia do capim, perpassam por dentro do furo e com esse atalho chegavam mais rápido para a baia, e também de volta as suas casas, sem precisar passar pelas pedras de Jurutuba, local onde a intensa maresia, outro fator importante para o uso desses furos é o fácil acesso a vila de Beja.

Essa devastação dentro do território de agricultores, comunidades ribeirinhas e assentadas, foi conquistada e acontecendo de forma lenta, pois os governos têm interesses financeiros, e o discurso por parte da empresa que esses grandes projetos devem trazer progresso e desenvolvimento para dentro da comunidade foi aceita por alguns moradores.

A construção da ponte de concreto ocorreu no início do ano de 2021. Neste local foi aberto um desvio no furo, retirando a curva que existia próximo da ponte e ficando totalmente reto.

Figura 5: imagem da ponte de concreto construída sobre o furo da Vila de Beja



Fonte: Eliana Baia, fevereiro de 2021.

A ponte construída sobre o furo possui uma altura de 12 metros, para não prejudicar o trajeto dos moradores. Ao finalizarem a construção da ponte, foi retirada a antiga feita de madeira, porém a nova ponte apresentou um problema técnico e por isso construíram novamente uma ponte de madeira.

Figura 6: imagem da construção de uma nova ponte de madeira



Fonte: Eliana Baia, março de 2021.

Para a construção da ponte de madeira foi extraído da natureza toda a matéria prima. É possível observar na imagem os riscos a integridade física dos moradores da comunidade, que utilizam o furo como seu meio de locomoção, e estão imersos a passar por baixo da ponte, enquanto os trabalhadores operam máquinas pesadas.

4.3 O Projeto de Assentamento Extrativista-PAE Ilha Guajará de Beja

A partir do ano de 2000 o rio passou por uma intensa transformação, uma das principais mudanças está diretamente ligada ao modo de trabalho. Uma das atividades muito presentes é a colheita do açaí antes cultivada somente para consumo dos moradores, com o atual cenário o açaí é considerado o ouro negro, pois se transformou em uma monocultura. O trabalho de produção de farinha de mandioca, ao longo do tempo foi substituído por barcos de pesca, antigamente realizada na baía do Arrozal, mas com a implantação do complexo portuário da Vila do Conde, os pescadores foram obrigados a realizar a pesca em outros lugares, pois o tráfego de navios e balsas se tornou intenso, e a poluição que é gerado pelos complexos ocasionou na falha do pescado. Com essa mudança de local foi necessário aumentar o tamanho dos barcos para que os pescadores pudessem ir a alto mar, a rede de pesca de plástico foi substituída por rede de nylon, com malheiros pequenos.

As mudanças de nosso trabalho como pescador ao longo dos anos foi grande, começando dos barcos, motores e material de trabalho, e no último ano nossa mais nova conquista em nosso trabalho foi a máquina de puxar rede, nosso trabalho com a maquinas foi totalmente alterado, pois, fazemos menos forçar braçal e diminuiu em horas nosso trabalho. (Morador M.B. entrevistada em 2020)

Assim ao longo dos anos foram ocorrendo mudanças na questão ambiental, social e econômica. E assim, a partir do ano de 2011 surgiu à possibilidade do rio fazer parte de um programa da Reformar Agrária do Governo Federal, para então tornar-se um Assentamento Agroextrativista.

O processo para que rio Guajará de Beja se tornasse PAE, teve início em 2011, e foi reconhecido na fase três, quando fica autorizado como assentamento, regulamentado através da política pública do governo federal em parceria com o instituto Nacional da Reforma agrária (INCRA), que tem com sua principal finalidade a reforma agrária e o uso de concessão e investimento da terra.

De acordo com o estatuto do INCRA e a norma de execução DT nº 6912008 o PAE tem por finalidade a obtenção da terra, a criação do projeto e seleção dos beneficiários, sendo de responsabilidade da União a titulação e concessão de uso.

O projeto tem como código PA 0694000 PAE Ilha Guajará de Beja, com uma área de 655,3803, com 130 famílias, deste total apenas 116 estão assentadas. O INCRA a partir da lei

de nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 tomou um novo impulso, para a transformação das terras obtidas em projetos de assentamentos.

Depois que o assentamento já estava legalizado, foi criada uma associação para a manutenção e controle das famílias que se encontram matriculadas junto com o INCRA, e para que essas possam ter acesso aos benefícios oferecidos pelo INCRA,

Dentro do rio a partir dos anos de 2012, foi levantada a possibilidade de todo o rio ser transformado e um assentamento do INCRA, através do MORIVA (Movimento Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba). No entanto foram várias tentativas frustradas, pois em uma das cláusulas para poder ser considerado um assentamento, teria que ser banhado por águas e o lado esquerdo do Rio tem dois ramais, impossibilitando o rio ser considerado uma ilha, no entanto a metade do lado esquerdo estaria nesse perfil, com seu começo no furo que vai até o Rio Arapiranga saindo na baía do capim, passando pela praia da Flexeira, praia da Jurutuba, praia do aracuquara e entrando novamente no rio na praia do Guajará de Beja, tornando-se uma ilha. Mas existe no lado esquerdo do rio uma parte atendendo esse mesmo perfil, um pouco menor, com entrada no furo em que dar acesso a Rio Tauéra saindo novamente na baía do capim, adentrando na praia do Guajará de Beja.

Passaram-se dois anos, para poder ser considerado um assentamento, e foi em 23/10/2014, conseguiu-se legalizar o assentamento, com o nome de PAE's Ilha Guajará de Beja, com uma área de 655,3803, com um número de famílias 130 e 116 famílias assentadas. No entanto outro assentamento que estava em processo de legalização, não conseguiu sua implantação, pois no decorrer dos procedimentos foi aberto um ramal ao lado da Escola (Raimundo Sarges da Rocha) em que passou pelo furo que fazia a ligação ao rio, e isto interferiu no reconhecimento do rio como PAE. A partir disso, o rio ficou dividido em uma comunidade Ribeirinha Tradicional e um Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE. O assentamento é nomeado de duas formas, pelo INCRA ele é legalizado como PAE Ilha Guajará de Beja, para a comunidade e as lideranças ele é chamado de assentamento PAE São Francisco Xavier.

A figura abaixo se trata de um croqui que foi elaborado durante a pesquisa de campo, para melhor demonstrar o processo de disputa por esse território e principalmente evidenciar os motivos da escolha da empresa para a construção do TUP.

Assim o croqui foi elaborado com a participação de dois moradores que foram entrevistados neste estudo, pois descreveram a situação geografia do território da comunidade e suas fronteiras. Trata-se também como uma forma de demonstrar como o TUP está inserido dentro do assentamento Guajará de Beja e as alterações que provocou e criou ao adentrar este território.

Figura 7. Croqui do território da comunidade do rio Guajará de Beja

LEGENDA

-  Cidade de Abaetetuba
-  PA 409
-  Ramais Maranhão,
Tauerá, Guajará e Escola.
-  Rio Tauerá
-  Rio Guajará de Beja
-  Rio Arapiranga
-  Furos de Beja
-  Área do assentamento
-  Ramal de acesso ao TUP
-  Praias Flexeira,
Jurutuba,
Aracucara
-  Baia do Capim
-  Ponte sobre os rios
Guajará e Arapiranga na PA 409



Fonte C.B. e K. S - moradores da comunidade, produzido em 2020.

4.4 A chegada da Ong FASE na comunidade

A partir de uma reunião organizada pela FASE e realizada na comunidade Tauerá de Beja, juntamente com as lideranças, foram explicados quais as estratégias a serem adotadas pelas comunidades frente à implantação do TUP. Neste contexto é importante destacar que a Ong FASE tem como um dos seus principais objetivos, oferecer cursos de formação e reunir as comunidades em defesa de seus territórios.

A FASE dentre seus movimentos utiliza como base a Convenção de nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, tem por fim, reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram, indo de contra com qualquer empreendimento que busque instalar-se dentro desses territórios.

Para o início de seus trabalhos a Ong reuniu com a comunidade, em caráter informativo para tratar sobre o protocolo de consulta de acordo com a Lei da convenção 169 da OIT, logo o rio Guajará de Beja como comunidade ribeirinha de povos tradicionais, por está na rota dos grandes projetos da Amazônia, teria o direito de fazer seu protocolo de consulta. O protocolo de consulta para uma comunidade ribeirinha tradicional é uma identidade do território, e como critério para sua elaboração é necessário à participação da comunidade, com quantitativo significativo (mínimo de 50%) dos moradores.

Na segunda fase o objetivo se destinava a organizar, articular, traçar metas, para o chamamento público da comunidade, para que os moradores pudessem estar presentes e de forma ativa nas reuniões, e no mínimo 50% da comunidade, pois na primeira reunião não houve o público esperado.

Já na terceira fase, iniciou-se a construção do protocolo de consulta, organizada pela FASE, responsável pelos materiais que foram utilizados, bem como a alimentação dos participantes. Este processo de construção estava previsto acontecer em três dias, no entanto a participação dos moradores não foi significativa e a Ong decidiu reduzir para dois dias.

Os palestrantes da assembleia foram João Gomes e o promotor Dhone Ginfone Guilherme, eles demonstraram o passo a passo para elaboração do protocolo de consulta, e ainda mostraram alguns vídeos de outras comunidades que já foram impactadas pelos grandes projetos. E assim deram início à construção do protocolo, com o levantamento de dados feito com os moradores mais velhos, que descreveram como se originou a comunidade, o estilo de vida, a cultura local, o trabalho, entre outros.

Nesse momento essa construção do protocolo vem com objetivo de denunciar as irregularidades no território das comunidades provocadas pelas empresas, demarcar e catalogar as áreas, com autorização da comunidade, perfuração do solo, descrever as atividades artesanais dos ribeirinhos, proibir o acesso das grandes empresas ao território da comunidade.

Na quarta fase o objetivo era dar continuidade no processo de construção do protocolo, no entanto em uma reunião anterior a comunidade foi informada que era necessário no mínimo à presença de 150 pessoas na reunião, caso contrário não haveria a possibilidade de levar a diante o protocolo de consulta. Neste cenário a pandemia da COVID 19, impossibilitou a realização de novas reuniões na comunidade, por conseguinte os processos foram paralisados sem previsão de sua retomada.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 A percepção dos moradores sobre o empreendimento

O estudo realizado no Rio Guajará de Beja, teve como foco compreender a realidade da comunidade sobre os impactos ambientais, e os conflitos organizacionais devido à construção do terminal portuário de uso privado-TUP. A partir das vivências estabelecidas e entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, foi possível observar que as perspectivas dos moradores se divergem, enquanto uma parcela vincula o empreendimento como forma de desenvolvimento socioeconômico individual e coletivo, outros acreditam que a construção do TUP se impõe aos direitos das famílias que ali residem, diagnosticando efeitos degradantes sobre suas condições socioculturais e ambientais.

Além disso, ao realizar estágio na Escola foi possível ligar o diálogo escolar com a realidade vivenciada na comunidade. Desta forma realizei entrevista semiestruturada com 20 alunos com idades entre 16 a 18, todos do ensino médio, 10 do primeiro ano e 10 do segundo ano. Com isso, trago as respostas destes sujeitos tendo como eixo central a visão (favorável ou contrária) destes em relação à construção do TUP. Assim, o aluno C.B. e B. B. relatam concepções parecidas, uma vez que afirmam que o empreendimento trará desenvolvimento, logo a comunidade será vista como cidade, um espaço urbano.

Sou totalmente a favor desse porto ser construído em nossa comunidade, pois vem trazer, muito desenvolvimento, emprego e progresso com o passar dos anos vamos estar todos vivendo em uma cidade, ou seja, vamos deixar de ser um interior sem futuro e nem perspectivas e nos tornar uma cidade. (Aluno K. C. entrevistado em março de 2020).

Outro entrevistado, na mesma ocasião e local, afirma:

Sou totalmente a favor dessa construção, vai formar uma cidade aqui com os anos, não vamos precisar sair de nossas casas e nem vender nossas terras, para morar dentro de uma cidade, e vai contribuir muito para o desenvolvimento econômico e social dos moradores. (Aluno B. B. entrevista realizado em março de 2020)

De acordo com esses dados os jovens entrevistados são os maiores incentivadores da ideia de que a empresa trará desenvolvimento e progresso, para dentro da comunidade. Além disso, alguns jovens têm a concepção de que o território em que vivem é um lugar de atraso social, principalmente no contexto geográfico e econômico. Essa concepção torna-se ainda mais evidente na fala do Aluno C. B. ao afirmar que é “a favor a esse empreendimento, pois se fosse uma coisa muito ruim eles não iam querer colocar aqui nesse fim de mundo”. Essa ideia tem sido fortalecida e reproduzida por aqueles que objetivam comprar e apropriar-se das terras necessárias ao empreendimento.

A partir da exacerbada valorização da vida urbana e seu desenvolvimento, estes jovens sentem-se deslocados e desvalorizados, isto acaba fortalecendo ainda mais o estigma da vida dos ribeirinhos como empobrecida e abandonada. Essa é uma das visões do aluno C.B. que sendo a favor vincula o TUP como “progresso pra comunidade, emprego e desenvolvimento, com o passar dos anos vamos ser uma cidade [...] vamos ser diferente de nossos vizinhos, pois vamos ser desenvolvido, mais desenvolvido que a própria Vila de Beja”.

Ainda é possível destacar que um fator que evidencia a opinião favorável ao empreendimento diz respeito às oportunidades de emprego. Essa afirmação foi um dos principais motivos que levaram uma porcentagem desses jovens serem a favor dessa implantação.

Sou a favor, pois como já ouvimos em algumas conversas isso só vai beneficiar a comunidade, trazendo emprego e renda local, vai ter muitos trabalhos e os homens não vão precisar mais ir para outro Estado trabalhar, como muitos hoje estão ficando longe de suas famílias. (Aluno C.B. entrevista realizado em março de 2020)

Além disso, como consequência esses jovens ribeirinhos desvalorizam sua cultura, saberes, valores e modo de vida. Sistematiza-se então, o processo educacional apenas como formação integral para o trabalho.

Sou a favor vai gerar muito emprego principalmente para os jovens, que terão muita oportunidade de trabalho, dá um outro rumo em suas vidas sem precisar virar um pescador como muitos estão fazendo, deixando seus estudos para virar pescadores, passarem dias e dias em auto mar sem comunicação, sem perspectivas de vida, em algum dia poder ter um futuro diferente. (Aluno E.B. entrevista realizado em março de 2020).

O que chama atenção na fala do aluno E.B. diz respeito a uma incidência em relação ao fato de que alguns jovens da comunidade estariam “deixando seus estudos para virar pescadores”. Assim o aluno assume que em sua visão esses jovens (pescadores), passam a não ter uma perspectiva de vida futura. Na realidade o que se observa é que muitos jovens que abandonam as escolas para a inserção no trabalho passam por inúmeras dificuldades, como nas obrigações financeiras de sua família, causando a falta de interesse em estudar.

Por outro lado, o tempo de formação educacional também se torna um fator de desistência, colocando o trabalho como uma necessidade maior, e assim os jovens deixam de acreditar que o caminho para melhores condições de vida, seja a educação. De certo modo, isto intensifica o pensamento idealizador e favorável ao TUP.

Ao longo das entrevistas, percebe-se que essas características de desenvolvimento social através do pretendido emprego no TUP, provocam nos jovens expectativas de um futuro promissor, baseado no processo de trabalho. A princípio estes jovens indicam perceber as dificuldades que perpassam sobre suas realidades, porém não assumem posições de pertencimento, que vai além de fixar-se em seu espaço, é no sentido de fazer a diferença, da transformação social que tanto almejam. Neste sentido, manifestam buscar condições favoráveis para o trabalho, considerando a geração de ganhos e bens.

Na realidade os relatos aqui apresentados implicam diretamente no funcionamento do sistema capitalista em nossa sociedade, que avançam incessantemente na construção dos grandes projetos, sem considerar o meio ambiente e aqueles que ainda o preservam.

Essas questões são reveladoras sobre a complexidade da realidade enfrentada pelos povos ribeirinhos, e não está restrita somente na comunidade do rio Guajará de Beja. É importante destacar que nos últimos anos as organizações sociais têm lutado pelos direitos ao acesso as questões necessárias a existências dos povos ribeirinhos, há que se considerar que é precisamente significativo que estes povos também contribuam com as lutas e intervenções, e ainda tenham como objetivo a transformação de suas realidades, sem que estejam à mercê de ideais historicamente estabelecidas.

Farias et al (2020) colabora com isto ao afirmar que é importante destacar a relevância das organizações sociais dentro de um contexto de direitos negados e de desrespeito aos povos tradicionalmente existentes na região Amazônica.

No caso específico da comunidade encontram-se também moradores (estudantes) que assumem sua perspectiva contrária ao TUP, tendo clareza das problemáticas ambientais e sociais já existentes, revelando ainda suas intensificações futuras.

Sou totalmente contra a construção desse porto, pois eu sendo de uma família todos de pescadores não podem ser a favor de uma construção que vai acabar com os nossos pesqueiros, na praia em que nos coloca o matapi vamos ficar impossibilitados, como nos pescadores e filhos de pescadores vamos fazer de nossas vidas, sem contar que a água, hoje já está bastante poluída por causa do complexo portuário da vila do conde, e com mais esse que estão querendo se implanta, vai acabar com qualquer coisa que queira se criar em nossa baía ou no nosso rio. (Aluno J. B. entrevistado em março de 2020).

Também outro entrevistado se mostra contrário a instalação do empreendimento.

Sou contra essa construção só vem para destruir a natureza, essa ideologia de progresso e tudo uma fantasia, não existe isso, um exemplo muito grande e Barcarena, ali o único progresso que tem e que quem é pobre ficou mais pobre, morando em umas casas, sem a mínima das condições, para um ser humano morar, e com toda certeza vai acontecer com nós a mesma coisa, infelizmente isso não vem pra nos trazer nada de positivo, penas desgraças e doenças, desemprego, fome, miséria. (Aluno D. O. entrevistado em março de 2020).

As falas indicam que os jovens defendem a preservação ambiental do lugar em que vivem, e principalmente por ser fonte de renda de suas famílias, derivada da pesca de peixe e camarão, além da colheita de açai. Observa-se também que os alunos J.B. e D.O., fundamentam suas opiniões tomando como exemplo as violações de direitos da população de Barcarena-PA, devido às condições de vida (moradia, situação socioeconômica), local em que se instalaram polos industriais há alguns anos, mantendo um complexo portuário.

De acordo com Nóbrega e Martins (2015) as violações vivenciadas por esses povos, fazem com que a luta por justiça ambiental amplie-se, e são expressa porque há uma vivência desses povos situada em um contexto e em um determinado conjunto de situações.

Assim o que se destaca é o descaso com a poluição do meio ambiente, que, por conseguinte acarreta inúmeros problemas sociais aos moradores ribeirinhos. Como afirma o aluno M.C.;

[...] iram destruir muito a natureza, nossos animais vão ficar sem seus habitats, vão poluir muito o meio ambiente, principalmente o ar, que como assistimos os jornais, observamos todas as tentativas, que outros Países vêm fazendo vários investimentos na Amazônia, para poder diminuir, o desmatamento, de contra são esses mesmos Países investem bilhões na exploração dos recursos naturais da Amazônia e a mão de obra barata. (Aluno M.C. entrevistado em março de 2020).

Isto evidencia o quanto a concentração de poder sobre a utilização e exploração de recursos naturais é desigual e muitas vezes irracional. Estudos evidenciam que os custos dessa exploração ambiental, afeta diretamente a vida dos povos ribeirinhos, e são justamente esses grupos que sofrem as consequências negativas.

Ao longo das falas é possível compreender que existe medo por parte destes jovens, uma vez que afirmam que possivelmente o custo de vida, se tornará alto, e temem que isto provoque a saídas de suas famílias da comunidade.

[...] se realmente isso vim a se instalar no nosso interior, depois que começar não vamos, mais poder morar na comunidade, por dois motivos, o custo de vida vai ficar muito caro, e nós que somos pobres não teremos como se manter, porque nossa principal fonte de renda é a pesca de peixe e de camarão, e a coleta de açaí, com toda essa poluição, como vamos sobreviver, vamos ser obrigado a sair e provavelmente vender nossos terrenos por preço bem abaixo do valor. (Aluno J. S.)

Nesta direção pode-se dizer que conseqüentemente as regiões que abrigam portos sofrem processos de (re) ocupação de seus territórios, uma vez que estes portos se tornam atrativos para a produção e investimentos econômicos, além de facilitar o acesso rodoviário e fluvial. Assim o processo de perda de territórios ribeirinhos, está estreitamente ligado aos aspectos físicos e simbólicos, isto significa que não acontece apenas a perda das terras, mas as desconstruções da identidade individual ou do seu grupo.

Sou contra, minha comunidade é uma comunidade tradicional ribeirinha, onde dentro dessa comunidade temos um PAE, e todas essas questões não estão sendo respeitadas, não fizeram estudos para quais impactos serão causados na vida dos moradores e animais, não estão respeitando nossa cultura, com essa construção vai alterar todo o nosso modo de vida, nossa identidade será totalmente arrancada, provavelmente vamos ser obrigado a sair de nossas casas, sem se importar se teremos condições ou não para morar em outro lugar. (Aluno P. B. entrevistado em março de 2020)

A reflexão do aluno P.B. é justamente sobre essa perda da identidade e a mudança de moradia, que implica muitas vezes em condições físicas diferentes, causando rupturas sobre o modo de vida já construídos.

Neste contexto há também os moradores que têm uma visão negativa em relação ao TUP. Os dados apontam que os moradores da comunidade têm conhecimentos sobre as suas especificidades e principalmente dificuldades socioculturais que estão imersos. Expressão também o pertencimento de seus territórios promovido pela sua cultura, modo de sobrevivência e resistência.

[...] aqui é o lugar onde eu nasci, cresci, formei minha família, construir tudo que tenho na minha vida, se eu sair daqui, não terei onde trabalhar e nem morar, pois a única coisa que eu sei trabalhar na minha vida é a pesca, se eu for para uma cidade o que eu vou fazer? Esse empreendimento só vem para destruir [...] isso só causa a destruição por onde eles passam, eu conheço na pele o que esses projetos causam, pois eu vi a construção da ponte da vila do conde e acompanho até hoje tudo que ela causa em nossas vidas, todos os impactos em nossos peixes, tivemos que ir pescar, mas longe, pois antes nos pescava aí no arrozal, mas depois disso não podemos, mas pescar, os peixes foram embora. Afeta demais as nossas vidas, e muita destruição em nosso meio

ambiente, de manhã quando sai na baía vemos aquela fumaça sendo despejada no meio ambiente e isso prejudica muito nossa saúde, a água é completamente poluída com metais pesados, causando muitas coceiras nas peles, e quando aquele navio afundou aí no conde passamos muito mal aqui, sentíamos aquele grande mau cheiro que o vento trazia, os óleos que vazou do navio chegou em nossos portos, [...] muitos pescadores perderam todo seu material de trabalho, pois o óleo destruía tudo, passamos meses sem poder sentar o matapi, por dois problemas, o primeiro os camarões sumiram, depois nós fomos aconselhado a não comer os camarões, pois estavam muito contaminados. (Morador M.A. entrevistado em abril de 2020)

A experiência de vida relatada pelo morador demonstra que o mesmo aprendeu a pescar e adquirir desse trabalho o sustento de sua família. Ao defender o seu trabalho relatou que a construção de grandes portos ocasiona problemas ambientais que dificultam a pesca, pela ausência dos peixes na região, pois à medida que se constrói portos, os despejos de resíduos nos rios aumentam, e os peixes se tornam escassos.

Além disso, retrata alguns problemas ambientais que a comunidade tem enfrentado, como a poluição do ar, e do rio causada por um navio carregado de bois que afundou no porto de vila do conde no ano de 2015. Ainda existem outros malefícios, que dizem respeito ao óleo despejados que polui os rios, agredindo os materiais utilizados pelos moradores para atividade pesqueira, e problemas de saúde.

Os dados apontam que a maioria dos moradores sente-se preocupados com o futuro de suas famílias, no trabalho e nas relações sociais. É justamente sobre este ponto que Moreno afirma que;

O espaço geográfico produzido, apropriado pelos pescadores, ao mesmo tempo em que guarda as especificidades da comunidade pesqueira local com suas particularidades, modos de vida tradicional e organização social, incorpora também os conflitos e constantes disputas sociais, econômicas, políticas, ou seja, evidenciando-se assim os vários desdobramentos de uma territorialidade que se expressa ao longo da história. (Moreno, p.312, 2015)

Logo essa especificidade local está refletida nas palavras da moradora (M.F) ao afirmar “não consigo me ver longe desse lugar, aqui eu encontro uma paz, que talvez em nem um outro lugar eu consiga encontrar”. Mais adiante em sua fala percebe-se que o futuro se torna incerto e desafiador à medida que se refere ao seu trabalho, como meio de subsídio para a criação de seus filhos;

[...] aqui eu crio os meus filhos, tenho meus netos, consigo trabalhar, ganhar meu dinheiro, sem ser trabalhando nas casas dos outros, porque você sabe eu não tenho estudos, para eu trabalhar em uma cidade só se fosse de empregada ou de baba na casa dos outros, [...] e eu sei que isso vai prejudicar muito, principalmente para os pescadores que depende dessa baía para tirar seu sustento, pois eu já fui vítima disso, e olha que ainda nem começou a construção do porto, mas meu trabalho é sentar matapi na beira da praia da Jurutuba, quando foi um dia tinha várias boias vermelha em volta da praia, e quando eu cheguei a tarde, o vigia me informou que não poderia

mais sentar matapi naquele local, pois era uma propriedade privada, voltei com todos os meus matapi iscados para casa, passou umas semanas passei por lá e não tinha mas as boias, e retornei com minhas atividades naquele local, mas ai eu pergunto até quando vou pode colocar meus matapi? Quando esse porto chegar, não vai ter mais espaço para eu sentar eles, são 100 matapis, não dá para colocar dentro do rio, porque não tenho espaço para tudo isso, e o que eu vou fazer? (Moradora M.F. entrevistado em março de 2020)

A entrevistada ao finalizar sua fala faz algumas indagações sobre possíveis impedimentos da realização do seu trabalho, expressando a sensação de imobilidade, falta de opção e alternativa para garantir o sustento de sua família. Nessa situação, compreende-se que as necessidades básicas dos povos ribeirinhos são essencialmente advindas dos recursos naturais, e logo estes pescadores não poderão extrair seu sustento diretamente da economia dos portos.

Nessa direção que Nóbrega e Martins (2015) trazem como reflexão o conceito de justiça socioambiental, que tem como principal objetivo discutir o lugar que as populações e grupos possuem nos projetos e ações implementados pelo poder público ou pela iniciativa privada no intuito de promover o “desenvolvimento”. É neste debate, portanto, que deveria acontecer um elo entre as organizações comunitárias e as organizações dos grandes projetos que são ou serão implementados. É preciso pensar na realidade vivenciada pelos povos ribeirinhos, mas acima de tudo é necessário garantir seus direitos.

Sobre estes impactos ambientais e econômicos o atual secretário da colônia dos pescadores da comunidade afirma que os pescadores terão dificuldades para sobreviver, uma vez que servirão de mão de obra barata.

Sou totalmente contra essa construção em nosso território, pois como os pescadores vão sobreviver a essa devastação, não temos outro ramo de vida para sobreviver a não ser a pesca de peixe e camarão, não temos escolaridade suficiente para trabalhar nesse empreendimento, a única coisa que iremos servir e para trabalhar na roçagem, apenas para isso, mas quando tudo estiver pronto para operar suas atividades, não poderemos nem chegar perto, quem vem trabalhar no ar condicionado e o povo do sul do Sul do Brasil, como acontece na Vila dos Cabanos, o pessoal de Barcarena tem o trabalho que trabalha mais e ganha menos, temos muita experiência em questão a isso. (Secretário da Colônia dos Pescadores A.B. entrevistado em junho de 2020).

É perceptível na fala do entrevistado que a comunidade pode sofrer consequências negativas, com a implantação do TUP. Diante disso, o discurso do desenvolvimento alia-se a frágil realidade dos moradores desempregados, porém como já visto em outras construções desse porte, a maioria dos moradores são contratados na fase de construção do empreendimento, e assim os empregos se tornam momentâneos. Sobre isso o morador (C.A.) expressa sua opinião,

“vão trabalhar na fase inicial, no trabalho pesado, ali vai ter lugar depois de tudo pronto no máximo cinco poderão trabalhar, se chegar nesses cinco deverá ser os cargos mais inferiores”.

De certo modo, essa perspectiva indica que os moradores buscam não perder suas características de povos ribeirinhos, e percebem a ruptura disso no processo de construção do TUP. Sobre o modo de vida, e como devem ser tratados os pescadores artesanais, Moreno (2015) afirma que eles;

[...] não devem ser entendidos apenas sob o viés econômico, político, mas também e principalmente, entendendo-se que este propicia aos pescadores a condição de reprodução de seu modo de vida tradicional, e isso é intrínseco ao território, ou seja, os pescadores só poderão desenvolver as suas tradições e formas de reprodução dentro dos seus próprios territórios. (Moreno, p.308, 2015)

A moradora (M.S.) analisa a situação afirmando que “não vamos ter benefícios, só vamos ficar sem ter onde pescar”. Logo ela entende que o processo de distribuição dos benefícios, do desenvolvimento do empreendimento será desigual.

[...] nós pescadores conhecemos todos os impactos que esse complexo portuário tem trazido de ruim, os principais impactos foi na pesca, muitas espécies ao longo dos anos estão desaparecendo e quando aquele navio afundou aí que sofremos, com todas as perdas que isso ocasionou. (Moradora M.S entrevistado em setembro de 2020)

Diante do contexto em que vivem, esses sujeitos afirmam ter o privilégio da dimensão geográfica, econômica, cultural e educacional. Em um trecho da entrevista com o morador (L.X.) ele pondera sobre sua comunidade “aqui é um lugar de fácil acesso para a cidade, um lugar onde tem muito trabalho só passa fome quem não quer trabalhar, temos escola que vai até o ensino médio”. Reforçam ainda que a comunidade enfrenta problemas, mas estes podem ser solucionados com a união dos moradores.

[...] aqui encontrei um lugar onde eu sempre sonhei em morar, um lugar desenvolvido, onde tem muita oferta de trabalho, temos escola de ensino fundamental menor até o ensino médio, tudo bem que onde os alunos do ensino fundamental maior e o ensino médio estudam não é uma escola com uma estrutura das melhores, mas tem o principal que são professores para ensinar e alunos para estudar, temos energia, linha de ônibus pela manhã e à tarde, então todos esses benefícios, faz desse lugar um verdadeiro paraíso, tenho duas filhas adolescente, para eu ir criar elas em uma cidade, ficaria bem mais difícil, aqui consigo ter uma vida simples mas com muitos privilégios, que provavelmente não encontrarei em lugar nenhum, mas eu sei que toda essa maravilha está ameaçado pela ganância humana, onde eles querem vim implantar esse complexo portuário no nosso território, isso só vem trazer desgraças para nós e nossas famílias. (Moradora M.X. entrevistado em março de 2020)

Para os moradores o território em que vivem é caracterizado como patrimônio histórico e cultural, como legado de seus antepassados. Neste contexto, em que alguns grupos alegam expectativa pelo empreendimento, outros afirmam que o uso e apropriação dos recursos naturais fornece-lhes uma vida confortável.

Aqui eu tenho tudo que e preciso para minha sobrevivência, pois eu tenho meu trabalho como pescadora meu esposo também e, não passamos por muitas necessidades o que ganhamos dá para nos sobreviver e ter uma vida confortável, meus filhos estão todos estudando, tem acessibilidades para ir para a cidade. (Moradora M.S. entrevistado em setembro de 2020)

Essa percepção ainda é registrada na fala do Morador (C.A.), quando em seu relato de vida indica que valoriza o seu local de origem, onde construiu sua vida social, fazendo uso de seu espaço.

Pensa em um lugar bom para se viver e aqui, tenho tudo o que eu preciso para sobreviver aqui, eu não me imagino morando em uma cidade, na cidade e só quentura não se tem paz e muito barulho. (Morador C.A. entrevistado em novembro de 2020)

Um ponto importante de reflexão na fala do morador (C.A.) se trata da referência que ele faz sobre a cidade, assim demonstra que as mudanças climáticas vivenciadas atualmente são sentidas fortemente na zona urbana, e que o espaço ribeirinho ainda é um local agradável, em relação à “quentura” e o “barulho”, como ele afirma.

Com isso, as falas aqui tratadas evidenciam as situações sociais e os posicionamentos dos moradores, jovens (estudantes), trabalhadores (pescadores). Esses sujeitos possuem concepções diferentes, alguns denunciam e reivindicam os direitos a sustentabilidade ambiental, outros moradores contribuem para a ocupação e instalação do TUP.

5.2 Conflito socioambiental e a desarticulação comunitária

É importante enfatizar que a historicidade dos povos camponeses é marcada pela luta dos trabalhadores em busca da garantia de seus direitos sociais, e diante disso observa-se que à medida que não há conservação, reprodução e principalmente valorização dos saberes e práticas culturais do campo, não há como fortalecer lutas individuais, familiares e coletivas em prol da transformação da realidade de acordo com suas especificidades.

Assim quando a luta é enfraquecida, consequentemente desarticula-se toda uma trajetória de vida herdada de gerações passadas, trazendo novas perspectivas, principalmente sobre as relações de trabalho. Projeta-se então, um modelo de expansão econômico, devido a

estruturas produtivas e reprodutivas sustentadas pelo modelo capitalista, sem considerar as necessidades humanas de uso direto no dia a dia.

Essas determinações sociais relacionadas ao desenvolvimento econômico como modelo de vida ideal resultam na comunidade rio Guajará de Beja conflitos de interesses, entre os apoiadores do empreendimento TUP, e aqueles que procuram defender e conservar seu local de vida.

Essas situações de conflitos têm demandado mobilização individual e coletiva, no entanto de acordo com relatos de um dos associados dos PAE's Ilha São Francisco não houve de fato a união coletiva da comunidade em geral.

Eu jamais queria que nenhum desses problemas viesse para a nossa comunidade, chamo isso de problema, porque e o que isso e pra nós, não vem trazer nada de bom pra nós, só vem trazer destruição ambiental e moral, isso pode se instalar, mas não que eu não tenha me mobilizado junto com algumas lideranças, mas a comunidade não conseguiu se unir para impedir disso vim pra próximo de nós, a comunidade em geral via isso como que não queríamos o progresso para a comunidade e no meio dessa disputa nos perdemos a guerra. (Morador M.F. entrevistado em março de 2020)

Ainda sobre o posicionamento da comunidade, observa-se na fala de uma segunda pessoa entrevistada que existe uma preocupação pelo direito dos povos ribeirinhos aos seus territórios, além da tristeza ao afirmar que não houve apoio de grande parte da comunidade junto às lideranças.

Sei que é uma coisa inevitável, cada dia que passa , estamos presenciando, eles chegando, para se instalar, na nossa comunidade, e o pior de tudo e que tem pessoas de braços abertos, para eles se instalarem, fazendo as coisas mais absurdas, para que esse complexo possa virar realidade, eu moro aqui na praia e o que eu já vi de pessoas comentando desse complexo aqui, achando que e a coisa mais linda e que vamos ser privilegiados por isso, ou que vai trazer algum desenvolvimento, ou melhor, vai desenvolver sim, sabe o que vai desenvolver as drogas, prostituição, miséria, poluição. Eu fico muito triste, que a comunidade não apoiou as lideranças, para de alguma maneira, impedir esse roubo do nosso território, mas a comunidade não tem união, cada um por si e Deus por todos. (Moradora M.X. entrevistado em março de 2020)

Cunha (2006, p.06) afirma que “os portos são elos das cadeias logísticas que integram fluxos de transporte de mercadorias entre regiões diferentes, gerando influências que se estendem muito além de seus locais de instalação”. Desta forma, observa-se que os portos acabam condicionando as dinâmicas de movimentação a sua volta, também determina a abertura e construção de estradas, o que já vem acontecendo na comunidade de Guajará de Beja.

Compreende-se que em face essas questões os moradores junto às organizações sociais se articulam para lutar e mobilizar a comunidade em defesa de seus territórios. Porém segundo relatos da moradora (M.S.) [...] “as pessoas que são a favor têm interesses próprios e que são

contra são taxados por esses outros que estão empatando o desenvolvimento ou progresso”. Logo, os indivíduos que se unem e planejam movimentos de resistência são vistos como responsáveis pelas barreiras no processo de instalação do TUP.

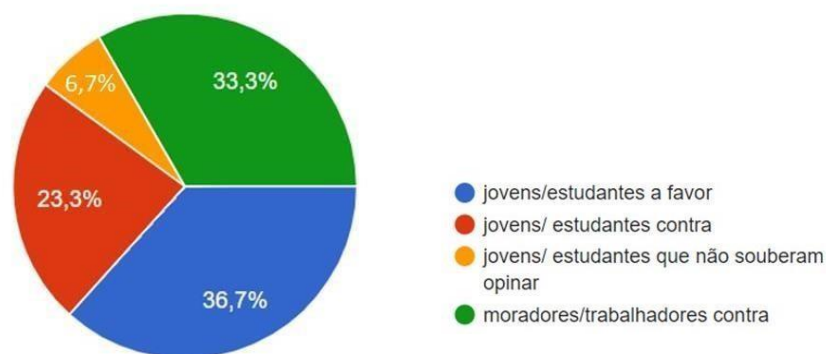
Desta forma, os resultados apontam que a maioria não se constitui como pessoas passivas da injustiça ambiental, na realidade buscam resistir, apesar das inúmeras dificuldades. Moreno (2015) destaca;

[...] a importância da politização destes sujeitos dentro do movimento de organização social dos pescadores artesanais, afinal estes estão em luta por maior visibilidade; melhores condições de vida, morada e trabalho; melhores condições de saúde e educação; e a valorização do seu saber tradicional. (Moreno, p.326, 2015)

Assim são esses movimentos organizados que fazem “emergir demandas que, por vezes, contrapõem-se ao pensamento jurídico hegemônico “ (NÓBREGA e MARTINS, p. 442, 2015). Em linhas gerais, o gráfico abaixo demonstra a porcentagem das afirmativas dadas pelos entrevistados sobre seus posicionamentos favoráveis e contrários a instalação do terminal portuário de uso privado-TUP.

É importante enfatizar que, apesar do posicionamento contrário de todos os moradores (trabalhadores), que foram entrevistados neste estudo, existe na comunidade pessoas que são da mesma classe trabalhadora que apoiam e fortalecem incessantemente a instalação do TUP.

Gráfico 1. Entrevista realizada na comunidade



Fonte:

Elaina Baia obtida a partir da análise das entrevistas.

O gráfico demonstra que 36,7% dos jovens estudantes são a favor que o TUP se instale na comunidade, com a concepção de progresso e ofertas de trabalhos. Enquanto 23,3% são jovens estudantes contrários, pois expressam sentimentos de pertencimento com seu território. Existem ainda 6,7% dos jovens que não souberam opinar, pois ainda não se sentem confortáveis para se posicionar em relação ao TUP. Já os moradores mais velhos da comunidade totalizam 33,3% contrários ao empreendimento, reconhecem todos os impactos para a localidade e também para as comunidades vizinhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe como reflexão as principais transformações que o empreendimento terminal portuário de uso privado-TUP tem provocado no cotidiano e vida dos moradores do Rio Guajará de Beja. Assim os resultados aqui apresentados apontam que existem situações de conflitos de ideias entre os moradores, à medida que uma parcela defende a construção do terminal, enquanto outros temem perder seu local de trabalho.

Fica claro nos relatos que os grandes projetos implantados na Amazônia tem afetado diretamente a vida dos povos ribeirinhos. Com isso os impactos socioambientais tem sido provenientes do complexo industrial e portuário de Barcarena, e do terminal portuário de uso privado-TUP, que se encontra em fase de implantação.

Desta forma os impactos se configuram na poluição do solo, rio e ar. No solo afeta a produção e extração do açaí, produto essencial para a alimentação, e para a geração de renda, no rio a reprodução dos peixes diminuem, se tem a perda da pesca, e no ar existem o risco a saúde. Portanto, para a comunidade ribeirinha a terra em que vivem faz parte de sua identidade social. Apesar do processo de instalação do terminal a comunidade se organiza para impedir a violação de seus direitos, apesar disso, ainda é preciso maior participação dos moradores na defesa de seus territórios.

Assim os resultados demonstra o quadro de injustiça social e ambiental que vivem os povos ribeirinhos. Em linhas gerais, a realidade aponta que no delinear dos conflitos há de um lado a empresa com seus agentes e instrumentos do sistema capitalista de produção, e do outro a maioria dos moradores que valorizam o equilíbrio entre o uso consciente da natureza. Em última análise, destaca-se que é imprescindível o olhar atento às comunidades tradicionais e o respeito a sua identidade. É preciso debater e refletir ainda mais sobre a temática aqui destacada, na perspectiva de compreender o caminho a ser seguido na luta por direitos na sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michel. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre, Armed. 2009

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, Farias, Emanuel de Almeida Farias. **Nova Cartografia social: Territorialidade específica e politização de consciências das fronteiras.** Povos comunidades tradicionais, Manaus: UEA edições 2013.

ALMEIDA, Mauro W.B. **Relativismo antropológico e objetividade etnográfica.** In: Campos. v. 3: 9-29, 2003. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo,** Salvador, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CUNHA, Icaro A. da. **Fronteiras da gestão: os conflitos ambientais das atividades portuárias.** RAP Rio de Janeiro 40(6) :1019-40, Nov. /Dez. 2006.

FARIAS André Luís Assunção de. FERREIRA Gessivaldo de Jesus da Silva. FREITAS Marcus Robert Ferreira. **Impactos socioambientais de grandes projetos e organizações comunitárias na Amazônia: conflito como força motriz.** Universidade e meio ambiente Revista do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA. REUMAM, V. 5, N. 1, 2020

INCRA: **Projeto de Assentamentos Agroextrativistas PAE's** (cartilha). Brasília: INCRA, 1996.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de A. **Fundamento de metodologia científica.** 6ed. São Paulo: Atlas, 2007

LITTLE, Paulo E. **Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico.** In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 2006.

LITTLE, Paulo E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Rio de Janeiro, 2004.

LOURES, Rosamira Santana Paes. **Conflitos territoriais e grandes projetos da Amazônia Brasileira: Trajetórias de lutas do movimento mundurucu** ypereg ayg, 2016.

LOUZADA, Rovená Vasconcellos. **Modalidade de projetos de Assentamentos Rural: Evolução e Legislação Federal,** 2011.

MAIA, LOUZADA, MARIN, Rosane Oliveira Martins, Nirvia, Rosa Elizabeth Acevedo, **Reforma Agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos nas ilhas do Pará,** 2017.

MALINOSVSKY, B. **Os Argumentos do Pacífico Ocidental.** Serie os pensadores. São Paulo, 1978.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. **Tinta da terra, Tintas dos Reinos, Arquitetura e artes de missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759).** São Paulo, 2009.

MORENO, Larissa Tavares. **Territórios e Territorialidades dos Pescadores Artesanais de Ubatuba/SP: usos, conflitos e resistências.** In: **Direitos Territoriais de Povos e**

Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais. Org.: Brasília, 2015.

NÓBREGA Luciana Nogueira. MARTINS. Martha Priscylla Monteiro Joca. **Repensando o Conceito de Direitos Humanos à Luz dos Conflitos Socioambientais Vivenciados por Povos e Populações no Ceará/Brasil.** In: **Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais.** Org.: Brasília, 2015

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornelia. **Ciências Humanas, pesquisa e métodos,** 2008.

SILVIA, F.A. O. (2012). **Por uma gestão das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Murucupi-Barcarena-PA.** 161. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pósgraduação em Geografia instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Belém.

SIMMEL, Georg. Sociologia. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SOUSA, Claudiane de Fatima Melo, COSTA, Francly Mary da Silva: **planos de utilização em projeto de assentamento agroextrativistas: autoritarismo e participação,** 2016.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Conflitos ambientais.** A. Zhouri, & K. Laschefski. In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

APÊNDICE – Questionário

1. Como e o seu nome?
2. Quantos anos você tem?
3. Qual a sua profissão?

4. Você pretende se mudar da sua comunidade? Porque?
5. Você sabe que onde você mora é um programa de assentamento?
6. Você sabe o que é um PAE?
7. Você gostaria que um grande empreendimento se instalasse na sua comunidade? Porque?
8. Você acha que o complexo portuário da Vila do Conde afeta sua vida? Porque?
9. Na sua opinião os moradores da comunidade vão ter lugar para trabalhar nesse empreendimento?
10. Você acha que esses empreendimentos que estão se instalando geram conflitos entre os moradores?
11. Você possui título de terra pelo SPU?
12. Você acha que esse título assegura a posse de seu terreno?
13. Depois de o seu terreno passar de uma área normal para uma área de assentamento, ocorreu alguma mudança social ou econômica?
14. Você pesca? E para o consumo ou comercializar? Se comercializa onde?
15. Você ainda pesca com matapi, espinhel anzóis, faz tapagem de igarapé ou gapuia nos igarapés?
16. Você acha que esses impactos ambientais que ocorreu na Vila do Conde, diminuiu a produção na pesca de peixe ou camarão?
17. Você tem açai? Qual sua produção?
18. Se vende? e na feira ou para atravessador?
19. Você trabalha na roça?
20. Você tem criação de galinha, porco, etc.?

21. Você já ouviu falar ou já participou das reuniões que a FASE está fazendo na comunidade para a construção do protocolo de consulta?